



bi-
saret
12.



Relatório & Contas
minhocom, gestão de infraestruturas
de telecomunicações eim
31 de dezembro de 2018

Índice

A) RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2. ATIVIDADE DA ENTIDADE	18
3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	21
4. PERSPETIVAS FUTURAS	21
5. AÇÕES PRÓPRIAS	22
6. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	22
7. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	22
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
9. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	23
10. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	23
11. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
12. NOTA FINAL	24
B) ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25
C) ÓRGÃOS SOCIAIS	26
D) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	27
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	27
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	28
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2018	29
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017	30
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	31
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	32
E) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	55
F) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	57

A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2018.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1 Quadro macroeconómico internacional

O crescimento da economia mundial manteve-se sólido durante o ano de 2018, beneficiando da manutenção de condições favoráveis nos mercados financeiros e no mercado de trabalho. O dinamismo da economia mundial foi também positivamente influenciado pelos níveis elevados de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas. Depois de uma aceleração da atividade mundial em 2017, o ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial manteve-se robusto em 2018, mas a expansão económica revelou-se muito diferenciada entre as economias mundiais. No grupo das economias avançadas, o crescimento homólogo do PIB real diminuiu ligeiramente face à segunda metade de 2017. A atividade desacelerou na Área do Euro, no Reino Unido e no Japão, mas acelerou nos Estados Unidos da América (EUA). Por seu turno, no conjunto das economias dos mercados emergentes, o PIB manteve uma taxa de crescimento elevada. Apesar disso, entre as maiores economias dos mercados emergentes, a evolução económica durante o período de 2018 foi também díspar, registando-se um crescimento forte na China e na Índia e uma desaceleração no Brasil e na Turquia.

O comércio mundial de bens manteve um ritmo de crescimento relativamente forte em 2018. É de salientar o abrandamento das importações das economias avançadas. As tensões comerciais a nível global aumentaram substancialmente em 2018, refletindo as medidas protecionistas anunciadas pelos EUA e as retaliações por parte dos seus parceiros comerciais, pelo que apresentam um risco assinalável para a evolução do comércio internacional e da atividade mundial. A expansão da atividade mundial foi acompanhada por um aumento moderado da inflação total, com desenvolvimentos diferenciados entre as maiores economias. Contudo, a inflação, excluindo as componentes mais voláteis, manteve-se relativamente estável em níveis mais baixos.

Nos EUA o PIB aumentou 3,0%, acima do ritmo de crescimento registado no decurso de 2017 (2,2%). O dinamismo da atividade terá sido suportado pela manutenção de condições monetárias e financeiras favoráveis, pela melhoria continuada da situação no mercado de trabalho e pelo impacto de estímulo orçamental introduzido no final de 2017. O PIB no Reino Unido, o principal parceiro comercial português fora da Área do Euro, aumentou 1,2% em termos homólogos, abaixo do crescimento registado em 2017 (1,5%). As perspetivas para a economia do Reino Unido estão sujeitas a riscos assinaláveis associados à incerteza relativamente às negociações da saída do país da União Europeia (UE), que registaram um progresso limitado. O impacto estimado para os países da Área do Euro é, em geral, moderado e semelhante entre países, com exceção notável da Irlanda. No que se refere à evolução da atividade económica nas economias dos mercados emergentes que têm maior importância como parceiros comerciais portugueses, destaca-se a manutenção de um ritmo de crescimento forte na economia chinesa (6,8%), mas uma desaceleração significativa do PIB no Brasil (1,1% face a 2,0% em 2017) num quadro de elevada incerteza política.

A atividade na Área do Euro registou um abrandamento face ao crescimento forte verificado em 2017, mas manteve um ritmo de crescimento robusto (1,9% em termos homólogos, face a 2,5% em 2017). O crescimento da atividade nos países da Área do Euro apresenta um dos mais baixos níveis de dispersão desde o início desta união monetária. A procura interna continuou a apresentar um crescimento robusto, em particular a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), mas quer as exportações quer as importações desaceleraram. O consumo privado apresentou um ritmo de crescimento ligeiramente inferior ao registado em 2017, continuando a ser suportado por condições financeiras favoráveis e pela melhoria da situação do mercado de trabalho.

Indicadores Macroeconómicos	2016	2017	2018 ^(e)
PIB:			
EUA	1,5	2,2	3,0
UNIÃO EUROPEIA	2,0	2,4	1,9
ÁREA EURO	1,9	2,4	1,9
JAPÃO	1,0	1,7	0,4

Fonte:
GPEARI Finanças
Leitura: Variação Percentual
(e) - estimativa

O emprego continuou a aumentar ao longo de 2018, situando-se cerca de 2% acima do nível mais alto atingido antes da crise de 2008. A taxa de desemprego na Área do Euro manteve a sua trajetória de redução, atingindo 8,1% no final do ano, o nível mais baixo dos últimos cinco anos. Apesar da redução da taxa de desemprego ser visível na maioria dos países da Área do Euro, esta manteve-se elevada em vários países, situando-se ainda acima de valores registados há dez anos, nalguns casos.

A inflação na Área do Euro aumentou face ao final de 2017 (1,5%). A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) aumentou significativamente ao longo de 2018, situando-se em 1,9% em novembro. Esta evolução esteve associada ao comportamento do preço do petróleo nos mercados internacionais. Também nos EUA a taxa de inflação homóloga subiu para os 2,5%, face a 2,1% no final de 2017.

Indicadores Macroeconómicos	2016	2017	2018 ^(e)
Inflação:			
EUA	1,3	2,1	2,5
UNIÃO EUROPEIA	0,3	1,7	2,0
ÁREA EURO	0,2	1,5	1,9
JAPÃO	-0,1	0,5	0,9
Taxa de Desemprego:			
EUA	4,9	4,4	3,7
UNIÃO EUROPEIA	8,5	7,6	6,7
ÁREA EURO	10,0	9,1	8,1
JAPÃO	3,1	2,8	2,4
Índice de Produção Industrial:			
EUA	-1,9	1,6	4,1
UNIÃO EUROPEIA	1,7	3,2	0,9
ÁREA EURO	1,7	2,9	0,7
JAPÃO	-0,2	4,5	-0,9

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

O preço internacional do petróleo apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018. Nos primeiros nove meses do ano apresentou uma trajetória ascendente iniciada em meados de 2017, tendo atingido cerca de 86 USD/barril. Esta evolução ocorreu num contexto de crescimento continuado da procura e de algumas restrições do lado da oferta, tais como o prolongamento dos cortes na produção acordados entre os países da OPEP e outros produtores. A evolução do preço do petróleo foi também condicionada pela incerteza política no Médio Oriente, pela menor oferta resultante de limitações de produção na América Latina e, posteriormente, pelas tensões entre os EUA, o Irão e a China. Contudo, nos últimos meses do ano, o crescimento continuado e significativo da produção nos EUA, o maior nível de existências e a revisão em baixa das perspetivas de crescimento da economia mundial, traduziram-se numa queda do preço do petróleo de mais de 20% durante o mês de outubro, para um nível próximo do observado no início do ano, cerca de 67 USD/barril (aproximadamente 60 EUR/barril).

Matérias-primas	2016	2017	2018 ^(e)
Petróleo Brent USD/Barril (1)	45,1	54,8	67,0
Bens Agrícolas (2)	-5,7	-1,0	-1,0
Metais (2)	-5,4	16,1	16,1

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual
 (e) - estimativa

Ao longo de 2018, verificou-se uma tendência de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano, e de depreciação das moedas das economias dos mercados emergentes, com exceção da moeda chinesa. Ao longo de 2018, o euro depreciou-se face ao dólar, refletindo, em parte, o efeito de políticas monetárias divergentes entre a Área do Euro e os EUA. Constata-se também uma desvalorização da libra esterlina face à maioria das moedas internacionais, associada à persistência da incerteza em torno do *Brexit*, cujo acordo de saída do Reino Unido da UE foi aprovado no Conselho Europeu Extraordinário de 25 de novembro de 2018.

Divisas	2016	2017	2018
EUR/USD	1,054	1,199	1,145
EUR/JPY	123,00	135,01	125,85
EUR/GBP	0,856	0,887	0,895
EUR/CHF	1,074	1,170	1,127

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

As taxas de juro de curto prazo estabilizaram para a Área do Euro, enquanto prosseguiram a tendência ascendente para os EUA. Com efeito, em média, e até ao dia 27 de novembro, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em -0,32% e a dos EUA ascendeu a 2,64%. As taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como na área do euro. No final de 2018, em alguns países periféricos (nomeadamente, Itália) assistiu-se a um aumento do diferencial face à taxa de rentabilidade do título de dívida soberana da Alemanha. Assim, no final de dezembro de 2018, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em -0,31%, -0,24% e -0,12%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram para valores de 2,8% no final de 2018.

Taxas de Juro Referência	2016	2017	2018
Área do Euro	0,00	0,00	0,00
EUA	0,75	1,25 a 1,50	2,00 a 2,25
Japão	-0,10	-0,10	-0,10
Reino Unido	0,25	0,50	0,75

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2016	2017	2018
Zona Euro			
Eonia	-0,33	-0,35	-0,36
Euribor 1 mês	-0,37	-0,37	-0,36
Euribor 3 meses	-0,32	-0,33	-0,31
Euribor 6 meses	-0,22	-0,27	-0,24
Euribor 12 meses	-0,08	-0,19	-0,12
EUA			
Libor 3 meses	1,00	1,69	2,81
Japão			
Libor 3 meses	-0,05	-0,02	-0,07

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Percentagem, no final do período

Durante o ano de 2018 registaram-se diversos picos de volatilidade nos mercados financeiros internacionais, que estiveram associados aos receios de retirada de estímulos monetários pela Reserva Federal, ao anúncio e aplicação de medidas protecionistas pelos EUA e à instabilidade política em alguns países da área do euro. A aversão ao risco continuou a dominar os mercados financeiros, levando à queda dos principais índices bolsistas, de forma mais acentuada para os EUA, afetando sobretudo os títulos do sector tecnológico.

Assim, a 27 de novembro de 2018, o índice Dow Jones Euro Stoxx culminou numa diminuição de quase 10% face ao final do ano de 2017. Quanto ao PSI-20, este também se desvalorizou em novembro de 2018, mais acentuadamente do que na Área do Euro, resultando numa perda de 10% em relação ao final do ano de 2017.

Mercados Bolsistas	2016	2017	2018
Dow Jones Euro Stoxx	-9,7	17,2	-6,8
Nikkei 225	-11,7	19,4	8,7
Standard & Poors 500	1,5	17,0	11,2

Fonte: Banco Central Europeu

No mercado obrigacionista, observou-se uma subida das taxas de rendibilidade da dívida pública nos EUA e também no Reino Unido, associada a expectativas de subida das taxas de juro de política monetária num futuro próximo. Na Área do Euro, as taxas de juro de dívida pública apresentaram períodos de volatilidade associados à instabilidade política em Itália e traduziram-se num alargamento do diferencial de rendibilidade da dívida pública de Itália face à dívida alemã, tendo contribuído também para um alargamento do diferencial noutros países da Área do Euro.

No atual ciclo de crescimento da economia mundial, existem fatores de risco que podem afetar as projeções para os próximos anos. Os principais fatores de risco identificados para a atividade decorrem de um enquadramento

Handwritten signature and initials

internacional menos favorável, com efeitos negativos no comércio mundial. De entre os riscos descendentes para a atividade destaca-se a intensificação das políticas protecionistas e de condições financeiras mais restritivas, bem como a possibilidade de agravamento das tensões geopolíticas e da incerteza política a nível internacional.

A nível europeu, um ajustamento abrupto nos mercados da dívida soberana na Área do Euro pode criar tensões nos mercados financeiros, com impacto negativo nas condições de financiamento. A saída do Reino Unido da União Europeia poderá ter um impacto mais adverso, com consequências para as componentes da procura global. No entanto, estes riscos podem ser parcialmente compensados pela possibilidade de a posição cíclica da economia se revelar mais forte do que o antecipado a nível global, tendo em conta a melhoria continuada da confiança dos agentes económicos.

1.2 Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa continuou em expansão em 2018, embora a um ritmo inferior ao observado no ano anterior. Após um crescimento real de 2,8% em 2017, o PIB deverá crescer 2,3% no conjunto de 2018, uma taxa que excede a média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa. Desde o início da recuperação, em 2013, o PIB real cresceu cerca de 11% em termos acumulados, tendo alcançado o nível observado antes da crise financeira internacional. A evolução cíclica da economia portuguesa tem acompanhado a da Área do Euro, refletindo a crescente integração económica, monetária e financeira. Nos últimos anos registou-se um processo gradual de convergência real face à média da Área do Euro, ainda que insuficiente para recuperar as perdas observadas na última fase recessiva.

A economia portuguesa continuou a beneficiar de um enquadramento internacional globalmente benigno, mas menos favorável do que o observado em 2017. O crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mas a evolução da atividade apresentou-se mais diferenciada entre as economias. Em particular, na Área do Euro, que concentra a maior parte das exportações portuguesas, a atividade abrandou face ao ano anterior. O comércio mundial e a procura externa dirigida a Portugal desaceleraram. Por seu turno, as condições monetárias e financeiras na Área do Euro e em Portugal, não obstante alguma volatilidade nos mercados financeiros e apreciação do euro, mantiveram-se favoráveis, suportadas pelo amplo grau de acomodação da política monetária do Banco Central Europeu (BCE).

O abrandamento da taxa de crescimento do PIB face ao ano de 2017 (de 2,8% em 2017 para 2,3% em 2018) reflete o menor crescimento das exportações e do investimento. A atual fase expansiva da economia portuguesa tem sido caracterizada por um maior equilíbrio entre o contributo da procura interna e das exportações para o crescimento do PIB face ao observado no passado. O contributo das exportações para o crescimento do PIB reduz-se de 1,5 pp em 2017 para 1,1 p.p. em 2018 e o contributo da procura interna diminui ligeiramente de 1,3 pp em 2017 para 1,2 p.p. em 2018.

Após um crescimento elevado em 2017, a FBCF deverá abrandar em 2018, projetando-se um crescimento de 3,9% (9,2% em 2017). Esta evolução é transversal aos vários tipos de investimento. As exportações desaceleraram em 2018 para 5,0% (7,8% em 2017). Este agregado mantém um dinamismo superior ao da procura externa dirigida à economia portuguesa, o que se traduz em novos ganhos de quota nos mercados externos. O abrandamento das exportações é transversal aos bens e aos serviços, contudo a componente de turismo mantém ainda um dinamismo assinalável.

Indicadores Macroeconómicos	2016	2017	2018 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	2,1	2,3	2,4
- Consumo Público	0,6	0,2	0,7
- FBCF	1,6	9,2	3,9
- Exportações	4,1	7,8	5,0
- Importações	4,1	8,1	5,1
- PIBpm	1,5	2,8	2,3
Inflação	0,6	1,6	1,4
Índice de Produção Industrial - IT	2,7	3,9	-1,3
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	1,4	6,3	4,1
Índice PSI 20	-11,9	15,2	8,8
Taxa de Desemprego	11,1	8,9	7,0

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego
 (e)- Estimativa

A situação do mercado de trabalho continuou a melhorar no período de 2018. O ritmo de criação de emprego desacelerou mas continuou a exceder o crescimento da atividade. A taxa de desemprego continuou a sua trajetória descendente, devendo situar-se em 7,0% no conjunto do ano de 2018 (-1,9 pp comparativamente a 2017). A diminuição significativa do desemprego contribuiu para um maior crescimento dos salários. Não obstante, num contexto de menores pressões inflacionistas externas, a inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, diminuiu para 1,4% em 2018, valor inferior em 0,2 p.p. ao de 2017 e inferior aos observados na Área do Euro.

Adicionalmente, a economia portuguesa manteve uma capacidade de financiamento face ao exterior, ainda que inferior à verificada em 2017. A expansão da atividade tem sido também compatível com a redução do endividamento dos agentes privados. No que se refere às administrações públicas, a conjugação de um excedente primário com uma taxa de juro do *stock* da dívida inferior ao crescimento nominal da economia, deverá continuar a implicar uma dinâmica descendente da dívida pública em rácio do PIB. Neste âmbito, a evidência disponível sobre a execução orçamental sugere que o objetivo fixado para o saldo das administrações públicas em 2018 é exequível, embora não isento de riscos. A consolidação e aprofundamento dos progressos nestas áreas é fundamental para uma correção duradoura dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados, continuando os elevados níveis de endividamento a ser uma das principais vulnerabilidades da economia portuguesa. A posição devedora líquida da economia face ao exterior mantém níveis muito elevados em comparações internacionais e em termos históricos. A dívida pública em rácio do PIB permanece também das mais elevadas da Área do Euro.

A elevada sincronia cíclica entre Portugal e a Área do Euro deverá persistir durante o período de 2018 a 2021, traduzindo progressos ligeiros do processo de convergência do crescimento *per capita* da economia portuguesa. Assim sendo, alguns dos principais desafios da economia portuguesa para os próximos anos são também os desafios da Área do Euro e da União Europeia. O aprofundamento da União Económica e Monetária, em particular de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e maior resiliência a choques desfavoráveis, é essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

A economia portuguesa continua ainda a enfrentar constrangimentos específicos ao crescimento no médio e longo prazo. Apesar dos progressos realizados nos últimos anos ao nível do funcionamento dos mercados e da redução do endividamento dos diversos setores da economia, estes fatores deverão continuar a condicionar a evolução do investimento e da produtividade. O processo de redirecionamento dos recursos para setores mais expostos à concorrência internacional, por natureza mais permeáveis à inovação, deverá prosseguir, potenciando efeitos favoráveis à evolução da produtividade total dos fatores. Finalmente, o envelhecimento da população cria limitações ao contributo do fator trabalho para o crescimento, apesar de a evolução dos fluxos migratórios poder vir a compensar esta dinâmica negativa. Neste quadro, a aposta no capital humano afigura-se essencial para promover o crescimento no longo prazo.

1.2.1 O setor das telecomunicações

O ano de 2018 apresentou importantes desenvolvimentos nos âmbitos regulatórios, tecnológicos e geopolíticos. À diferença dos anos anteriores, os movimentos de reestruturação e consolidação do setor tiveram um grau de protagonismo inferior, embora também acabaram por se materializar algumas operações significativas ao nível nacional e internacional.

Os principais desenvolvimentos internacionais no período de 2018 foram os seguintes:

- ✓ Metade da população mundial conseguiu o acesso à Internet. De acordo com a União Internacional das Telecomunicações, no final do ano 3,9 mil milhões de pessoas (51,2% da população mundial) conseguiram o acesso à rede. Entre as regiões do mundo, África foi aquela onde a utilização da internet mais cresceu em termos relativos: em 2005, apenas 2,1% da população total dispunha de internet e em 2018 subiu para 24,4%. Em termos globais, os valores passaram nesse período de 51,3% para 80,9% nos países mais ricos; e de 7,7% para 45,3% nos países em desenvolvimento;
- ✓ Os fabricantes chineses de equipamentos de telecomunicações foram proibidos de fornecer equipamentos para redes 5G em diversos países do mundo. Após o embargo do governo dos EUA no início do ano à exportação de qualquer equipamento da ZTE como consequência da reexportação de tecnologia americana ao Irão, as agências de inteligência da Austrália, da Nova Zelândia e do Japão, entre outros países, proibiram a

incorporação de equipamentos da Huawei nas redes 5G de serviços móveis em desenvolvimento como consequência da suspeita da existência de "portas traseiras" que permitem a intercetação das comunicações cursadas por esses equipamentos;

- ✓ A fusão entre AT&T e Time Warner foi aprovada oficialmente. No mês de junho, o Tribunal Federal de Columbia deu luz verde à operação avaliada em 85 mil milhões de dólares. Esta operação é vista como um ponto de viragem dos setores de comunicações e media e vai contra a opinião do governo do presidente Trump, que tentou bloquear o acordo, com o argumento da diminuição da concorrência.

A nível europeu, destacam os seguintes acontecimentos:

- ✓ A Alta velocidade chegou a 3/4 das casas residenciais na Europa. De acordo com os dados da Comissão Europeia, mais de três quartos das casas dos 28 países da União Europeia conseguiram aceder a serviços de banda larga a alta velocidade em 2018. E, pela primeira vez, a disponibilidade do 4G/LTE ultrapassou as redes 3H/HSPA em termos de cobertura. Um total de 176 milhões de clientes residenciais dispõem de acessos de nova geração (VDSL, DOCSIS 3.0 e FTTP), com um reforço de 9,9 milhões no espaço de um ano. Portugal está entre os países líderes, tanto no acesso fixo como no móvel;
- ✓ O Parlamento Europeu aprovou o novo Código Europeu das Comunicações Eletrónicas. A proposta foi apresentada em 2016 pela Comissão Europeia, no âmbito da estratégia para o Mercado Digital. Os países comunitários têm agora dois anos para o transpor para o seu ordenamento jurídico nacional. O novo código pretende modernizar as atuais regras das telecomunicações da UE, que foram atualizadas pela última vez em 2009, além de estimular a competitividade para impulsionar os investimentos e fortalecer o mercado interno e os direitos do consumidor. No mês de dezembro, o Parlamento Europeu também aprovou a criação de uma taxa digital sobre as maiores empresas tecnológicas, no sentido de introduzir um sistema comum que permita taxar os serviços digitais, nomeadamente aos estados-membros cobrar impostos sobre os lucros gerados no seu território pelas gigantes da internet, mesmo que estas não tenham uma presença física no país;
- ✓ Bruxelas impôs multa recorde de 4,3 mil milhões à Google. Esse foi o valor da multa aplicada pela Comissão Europeia (CE) à Google por abuso de posição dominante no sistema operativo Android. Será a maior multa de sempre aplicada por Bruxelas, depois de um processo de investigação que durou três anos. A CE diz que a Google usou o Android como veículo para cimentar o seu domínio como motor de busca nos telemóveis. Esta sanção recorde junta-se a outra multa imposta por Bruxelas à gigante no ano passado, de 2,4 mil milhões de euros, numa investigação sobre as restrições concorrenciais em serviços de comparação de preços na Internet;

- ✓ A CE lançou o 1.º pacote para o desenvolvimento da economia digital, dotado com 9,2 mil milhões de euros. O objetivo do programa "Europa Digital" é que o próximo orçamento comunitário a longo prazo, para 2021-2027, possa dar resposta aos crescentes desafios do digital. Supercomputadores, inteligência artificial, cibersegurança, competências digitais e utilização generalizada das tecnologias digitais são as áreas de intervenção;
- ✓ A Vodafone expandiu na Europa com a compra de subsidiárias da Liberty. O grupo britânico passou a controlar a Unitymedia, a segunda maior empresa de telecomunicações da Alemanha, e a UPC, instalada na República Checa, Hungria e Roménia. O acordo, que envolveu 18,4 mil milhões de euros, põe fim a vários anos de negociações;
- ✓ A Altice Europe vendeu 49,9% da fibra da SFR no mês de novembro às empresas Allianz, Axa e OMERS. A operação permitiu um encaixe financeiro de 1,8 mil milhões de euros, prevendo-se que esteja concluída no primeiro semestre de 2019. Com um total de cinco milhões de casas passadas com fibra, a SFR FTTH detém a maior infraestrutura alternativa de fibra em França, que fornece não só à SFR como a outros operadores do mercado.

Finalmente, no contexto nacional destacaram os seguintes desenvolvimentos:

- ✓ A Altice Portugal vendeu 2.961 sites de estações móveis à Morgan Stanley Infrastructures. Após a venda da empresa detentora desses ativos (ToP-Towers of Portugal), a Altice Portugal recomprou 25% das ações. Também forma parte do consórcio comprador a Horizon Equity Partner,. Posteriormente, o nome da empresa mudou para OMTEL, que é a marca comercial com que prestará serviços de towering a todo o mercado;
- ✓ A Altice Portugal desistiu da aquisição da Media Capital. Na sequência da rejeição pela Autoridade da Concorrência das medidas apresentadas para mitigar o impacto no mercado da compra da empresa dona da TVI e de outros meios de comunicação, a Altice Portugal desistiu no mês de junho da compra acordada com o grupo espanhol Prisa pelo valor de 440 milhões de euros;

No que se refere aos dados operacionais mais relevantes, destaca-se o desenvolvimento do FTTH – *Fiber To The Home*. O quadro que se segue apresenta o número de clientes residenciais em Portugal com Redes e Serviços de Alta Velocidade em local fixo, bem como o número de assinantes em junho de 2018.

NUTS II	1S 2017		1S 2018		Var 1S 2018/ 1S 2017 (%)
	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famÍlias	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famÍlias	
NORTE	671	49,7	743	55,0	10,7%
CENTRO	317	34,6	384	42,0	21,3%
A.M. LISBOA	897	76,4	941	80,2	4,9%
ALENTEJO	83	27,1	108	35,4	30,8%
ALGARVE	76	41,5	88	48,3	16,4%
R.A. AÇORES	39	47,9	46	56,0	17,1%
R.A. MADEIRA	57	61,3	61	64,4	6,7%
TOTAL	2.139	52,1	2.371	57,8	10,8%

Unidade: Milhares de agregados dom6sticos privados (famÍlias), %

Fonte: ANACOM

Tal como se pode constatar pela anÁlise do quadro acima, este rÁcio tem vindo a crescer consideravelmente. Entre o 1.º semestre de 2017 e o 1.º semestre de 2018 verificou-se um crescimento na ordem dos 10,8%.

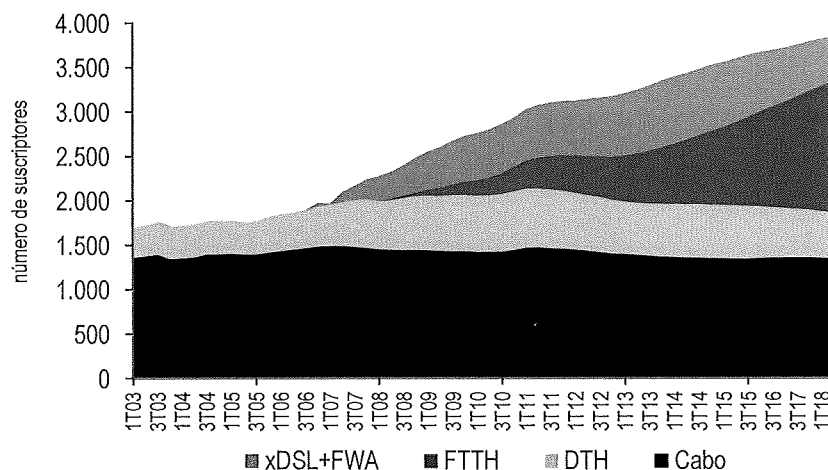
Dado o posicionamento das empresas do grupo dst telecomunicaç6es no mercado grossista, importa analisar a evoluç6o da procura dos serviç6os de retalho suportÁveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados pelo organismo regulador do setor (ANACOM), o nÚmero de assinantes de televis6o por subscriç6o (considerando n6o s6o soluç6es *wireline* mas, tamb6m, por sat6lite – DTH – *Direct to Home*) atingiu, no final do 1.º semestre de 2018, cerca de 3,9 milh6es, mais 131 mil assinantes que no perÍodo hom6logo de 2017 (+3,5%).

O aumento do nÚmero de assinantes por tecnologia do serviç6o de televis6o por subscriç6o no 1S18 deveu-se ao crescimento das ofertas suportadas em fibra 6tica (FTTH/B), que registaram mais 286 mil assinantes no final do semestre. Para este crescimento muito contribuiu a transfer6ncia para FTTH/B de clientes que consumiam outras tecnologias, bem como a angariaç6o de novos clientes.

Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição

Por tecnologia



Fonte: IPC - ANACOM

Analisando a distribuição dos assinantes por tipo de serviço de televisão, no final do 1S18 o serviço de distribuição de TV por fibra ótica (FTTH/B) tornou-se a principal forma de acesso a este serviço, com 38,2% do total de assinantes, seguida da TV por cabo que representava 34,9%, o DTH 13,6%, e o xDSL 13,4%.

No exercício económico em análise e tendo por base o 1S18, o Grupo NOS deteve a quota mais elevada de assinantes de TV por subscrição com 41,9%, seguida da MEO com 38,9% e da Vodafone e NOWO com 14,7% e 4,4% respetivamente. De salientar que a MEO foi a entidade que mais assinantes captou no 1S18 face ao 1S17.

No final do 1S18, e de acordo com informação prestada pelo Barómetro de Telecomunicações da Markttest-Rede Fixa, cerca de 78,4% dos lares com TV por subscrição dispunham de mais de 100 canais. O acesso a canais *premium* aumentou face ao ano anterior, em 0,4 p.p., ou seja, 15,4% dos lares tinha acesso a este serviço.

Assistiu-se, igualmente, a um crescimento do número de clientes de acesso à Internet em local fixo. Segundo dados publicados pela ANACOM, registavam-se em Portugal, no 1S18, cerca de 3,67 milhões de acessos físicos à Internet em local fixo, mais 205 mil acessos do que no mesmo semestre do ano anterior.

Evolução do número total de clientes de acesso fixo à Internet

O acesso à Internet suportado em fibra ótica (FTTH/B) foi a principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa, com cerca de 42% do total dos acessos com referência ao 1S18. Surge de seguida o *modem* cabo que representa cerca de 31,9% do total. Em terceiro lugar surge o ADSL, com uma representação de cerca de 18,4% dos acessos. Esta tecnologia registou uma perda de 148 mil acessos no último ano (- 18,1%).

De salientar ainda as ofertas suportadas em LTE em local fixo, que representam cerca de 7,7% do total de acessos, com um crescimento de 7,3% face ao primeiro semestre de 2017.

Evolução do número de acessos de banda larga (acesso fixo)

	1S2017	1S2018	Δ %
Total de acessos, dos quais:	3 465	3 670	5,9%
Acessos FTTH/B	1 228	1 541	25,5%
% do Total de banda larga fixa	35,4%	42,0%	
Acessos modem cabo	1 147	1 171	2,1%
% do Total de banda larga fixa	33,1%	31,9%	
Acessos ADSL	822	673	-18,1%
% do Total de banda larga fixa	23,7%	18,3%	
Acessos LTE em local fixo	264	283	7,2%
% do Total de banda larga fixa	7,6%	7,7%	

Unidade: Milhares de acessos, %
 Fonte: ANACOM

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa, e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes da MEO, no final do primeiro semestre de 2018 situou-se nos 39,8%.

Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)

Operador	1S2017	1S2018
MEO	39,8	39,8
Grupo NOS	37,7	37,0
NOS Comunicações	35,4	34,7
NOS Madeira	1,6	1,6
NOS Açores	0,7	0,8
Vodafone	18	18,9
Grupo Apax	4,2	4,1
NOWO	4,1	4
Onitelecom	0,1	0,1
Outros prestadores	0,3	0,2

Unidade: %

Fonte: ANACOM

O Grupo NOS dispõe de uma quota de acessos de 37%, por sua vez a Vodafone atingiu uma quota de 18,9% no final do 1S18.

As redes de nova geração foram responsáveis pelo crescimento do número de acessos telefónicos principais, que atingiu quase 5 milhões (+4,3%) relativamente ao semestre homólogo. Embora o tráfego telefónico continue a descer como consequência da disponibilidade gratuita de novas tecnologias e aplicações, o número de acessos fixos aumentou como consequência da inclusão deste serviço nos pacotes 2P, 3P, 4P e 5P que os operadores disponibilizam aos seus clientes. Assim, o crescimento verificado (+207 mil acessos equivalentes) deveu-se sobretudo ao aumento dos acessos VoIP/VoB (+446 mil acessos), nos quais se incluem os acessos suportados em redes de fibra ótica e TV por cabo, conforme se poderá verificar no quadro seguinte.

Número de acessos de telefone fixo

	1S2017		1S2018		Var. homóloga
	Nº	%	Nº	%	
Acessos Principais Totais	4.789	100,0	4.996	100,0	4,3%
Acessos Principais Totais (valor ajustado)	4.789	100,0	4.882	98,0	1,9%
Acessos Analógicos	1.482	31,0	1.293	25,9	-12,8%
(dos quais) Postos públicos	20	0,4	19	0,4	-5,2%
Acessos RDIS e Diginet	359	7,5	318	6,4	-11,2%
Básicos	153	3,2	131	2,6	-14,5%
Primários	203	4,2	181	3,6	-11,1%
Fracionados	2	0,0	1	0,0	-25,6%
Outros acessos digitais	1	0,0	6	0,1	n.d.
GSM/UMTS/LTE	509	10,6	501	10,0	-1,6%
VoIP/VoB	2.438	50,9	2.884	57,7	18,3%
VoIP/VoB (valor ajustado)	2.438	50,9	2.769	55,4	13,6%

Unidade: Milhares de acessos equivalentes, %

Fonte: ANACOM

Em 2019, espera-se que a ANACOM continue a desenvolver as prioridades estratégicas definidas para o triénio de 2017-2019, que se orientam para os seguintes pontos:

- Garantia e proteção dos direitos dos cidadãos;
- Promoção de concorrência entre mercados;
- Garantia da gestão eficiente dos recursos públicos;
- Promoção da cooperação institucional e técnica; e
- Promoção da eficiência e da eficácia internas.

2. Atividade da entidade

1.1 Organização

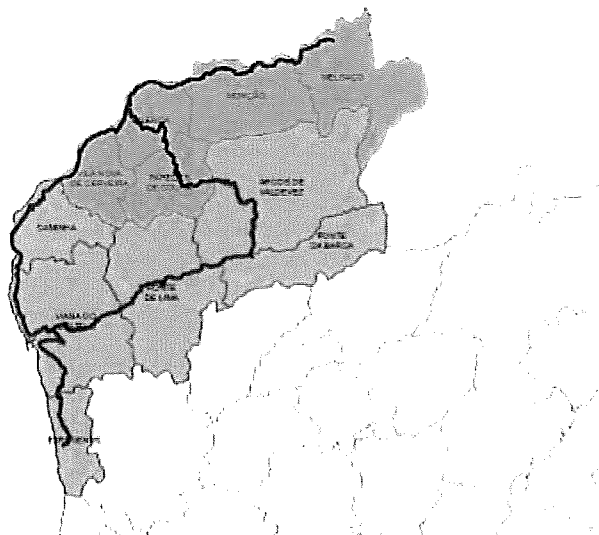
A Minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M., doravante designada por "Minhocom", ou "entidade", foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de "Equal Access Networks", no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

A rede da Minhocom abrange os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Esposende, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

A sua atividade ao longo de 2018, à semelhança dos períodos anteriores, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP).

A manutenção dos resultados positivos da entidade no período deve-se à contínua cooperação entre os seus acionistas públicos e privados, pelo que o trabalho desempenhado foi fundamental para os resultados alcançados ao longo de 2018.

A cobertura da rede de fibra ótica gerida pela Minhocom, em termos de *backbone*, assume a configuração constante abaixo.



2.1 Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da Minhocom implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos.

2.2 Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e, sendo a Minhocom um operador *wholesale*, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação, pelo que a entidade continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente registo histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a Minhocom se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente alcançados e, em muitas situações, a entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos (SLA's).

2.3 Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais. O nível de rendimentos de exploração mantém a sua linha face ao período anterior, alcançado através da criação de novos serviços e do acesso a uma rede maior de infraestruturas, sendo expectável que, em 2019, se mantenha o mesmo ritmo de crescimento sustentado ao nível da prestação de serviços de *wholesale*.

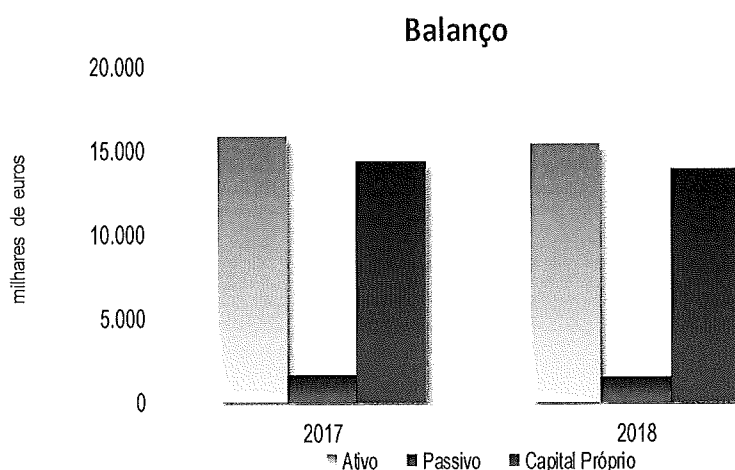
O alargamento do portefólio de serviços tem permitido à Minhocom ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade.

Por outro lado, a entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

2.1. Análise económico-financeira

À semelhança do observado no período anterior, a 31 de dezembro de 2018, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis e os saldos a receber de Clientes. No lado do Passivo, ressaltam as rubricas Outras dívidas a pagar, que incluem os ajustamentos relativos ao subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C, e os Diferimentos.

Os Ativos fixos tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em maio de 2010. O normal funcionamento da atividade da entidade implica um investimento permanente na manutenção dos seus ativos fixos tangíveis.



No que respeita ao Capital Próprio da entidade, o capital subscrito manteve-se nos 100.000€ e na rubrica Outros Instrumentos de Capital Próprio encontram-se reconhecidas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 11,9M€. Por sua vez, na rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio está relevado contabilisticamente, no montante de 4,5M€, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C. Merece ainda destaque a notável capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira nos 90%.

A contínua cooperação entre os acionistas públicos e privados da entidade foi fundamental para o alcance de resultados operacionais bastante positivos em 2018. O EBITDA da entidade evoluiu positivamente para 540,4m€, o que representa um aumento de 282,2m€ face ao período anterior e uma notável evidência da sustentabilidade operacional da Minhocom.

O volume de negócios superou os 704,6m€ no ano, com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 113,0m€ (+111,7m€ face a 2017).

A Minhocom, em 2018, alcançou uma excelente *performance* da sua atividade operacional, facto que se reflete positivamente nos seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2016	2017	2018
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	266.036	281.392	570.030
EBITDA*	235.633	258.240	540.394
EBITDA %	68,76%	68,35%	76,69%
Cash-Flow *	235.362	257.813	530.549
Rotação do Ativo Fixo	3,26%	1,99%	3,14%
Rotação do Ativo Circulante	56,03%	119,78%	173,21%
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	91,14%	89,49%	90,02%
Liquidez Geral	418,43%	64,23%	110,09%
Solvabilidade Total	1028,15%	851,78%	902,46%
*Valores em euros			

Salienta-se que, não só a Minhocom obteve um notável rácio de autonomia financeira (90,02%), como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2018, a entidade gerou *cash flows* superiores a 530,5m€, o que é um dado de salutar.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

4. Perspetivas futuras

No decorrer do período de 2019 espera-se que os promotores da Minhocom, bem como as entidades locais relevantes para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua rede privada de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da entidade. Encontra-se em análise com os vários intervenientes locais, apoiados por fundos comunitários, alguns projetos, nomeadamente o CREWS (*Collaborative Information Environment for Wildfire Emergencies Management and Decision Making*).

Adicionalmente, é expectável a consolidação do volume de negócios da Minhocom, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras redes de nova geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

5. Ações próprias

No decurso do período de 2018 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2018, a sociedade não detinha ações próprias.

6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2018 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2018 positivo, no valor de 113.021,83€ (cento e treze mil, vinte e um euros e oitenta e três cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal.....	5.651,09€
Resultados Transitados.....	107.370,74€

9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. Neste sentido, a análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do grupo em que a entidade se insere. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do grupo em que está inserida.

10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

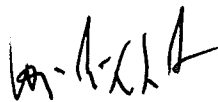
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas pelo Conselho de Administração para emissão em 8 de fevereiro de 2019.

12. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 8 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



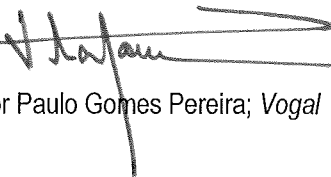
Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*



Mecia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*



João Manuel Amaral Esteves; *Vogal*



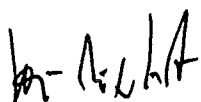
Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, informamos que à data de 31 de dezembro de 2018, os membros do Conselho de Administração e de fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade.

Valença, 8 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



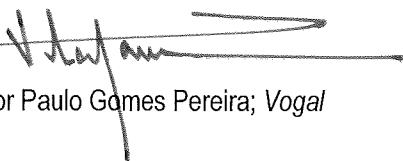
Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*



Mecia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*



João Manuel Amaral Esteves; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

Sara T
bi D.

C) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal e Administrador Executivo: Sara da Silva Teixeira

Vogal: Mecia Sofia Alves Correia Martins

Vogal: João Manuel Amaral Esteves

Vogal: Vítor Paulo Gomes Pereira



MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Augusto Henrique Oliveira Domingues

Vice- Presidente: Jorge Manuel Salgueiro Mendes

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Emília da Conceição da Rocha Gomes (ROC n.º 1663)

D) Demonstrações Financeiras Individuais**Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018**

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	14.995.423,57	15.669.389,63
		14.995.423,57	15.669.389,63
Ativo corrente			
Clientes	7	376.412,94	177.672,85
Estado e outros entes públicos	9	399,05	15.230,90
Outros créditos a receber	8	8.659,07	33.283,15
Diferimentos	10	2.316,43	232,43
Caixa e depósitos bancários	4	19.026,64	15.995,94
		406.814,13	242.415,27
Total do ativo		15.402.237,70	15.911.804,90
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	11.938.597,46	12.288.597,46
Reservas legais		5.645,74	5.577,48
Resultados transitados		(2.795.014,47)	(2.796.311,45)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		4.503.536,59	4.706.123,53
Resultado líquido do período		113.021,83	1.365,24
Total do capital próprio		13.865.787,15	14.305.352,26
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	14	1.166.905,40	1.188.382,08
		1.166.905,40	1.188.382,08
Passivo corrente			
Fornecedores	13	21.530,27	34.186,53
Estado e outros entes públicos	9	17.726,09	21.527,48
Outras dívidas a pagar	14	39.259,12	73.325,10
Diferimentos	10	291.029,67	289.031,45
		369.545,15	418.070,56
Total do passivo		1.536.450,55	1.606.452,64
Total do capital próprio e do passivo		15.402.237,70	15.911.804,90

Valença, 8 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,

Sara da Silva Teixeira

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Susana Queiroz

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	15	704.638,21	377.816,93
Fornecimentos e serviços externos	17	(157.367,39)	(107.876,84)
Gastos com o pessoal	18	(26.767,73)	(25.913,09)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-	(3.936,06)
Outros rendimentos	19	27.710,50	19.743,42
Outros gastos	20	(7.819,79)	(5.530,67)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		540.393,80	254.303,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(417.526,89)	(252.512,17)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		122.866,91	1.791,52
Juros e gastos similares suportados	21	(25,75)	-
Resultado antes de impostos		122.841,16	1.791,52
Imposto sobre o rendimento do período		(9.819,33)	(426,28)
Resultado líquido do período		113.021,83	1.365,24
Resultado por ação básico		5,65	0,07

Valença, 8 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,

Sara da Silva Teixeira

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Susana Queiroz




Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2018

Unidade monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2018		100.000,00	12.288.597,46	5.577,48	(2.796.311,45)	4.706.123,53	1.365,24	14.305.352,26
Alterações no período								
Aplicação do resultado de 2017		-	-	68,26	1.296,98	-	(1.365,24)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:								
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	-	(256.439,17)	-	(256.439,17)
Ajustamentos em subsídios ao investimento		-	-	-	-	53.852,23	-	53.852,23
		-	-	68,26	1.296,98	(202.586,94)	(1.365,24)	(202.586,94)
Resultado líquido do período							113.021,83	113.021,83
Resultado integral							113.021,83	113.021,83
Operações com detentores de capital no período			(350.000,00)	-	-	-	-	(350.000,00)
Outras operações			(350.000,00)	-	-	-	-	(350.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2018		100.000,00	11.938.597,46	5.645,74	(2.795.014,47)	4.503.536,59	113.021,83	13.865.787,15

Valença, 8 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,


 Susana Queiroz



A Contabilista Certificada n.º 55854,


 Susana Queiroz

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2017

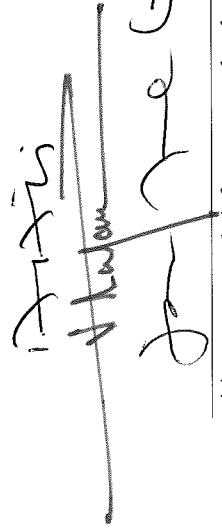
Unidade monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2017		50.000,00	6.479.588,53	973,43	(1.334.935,55)	2.311.600,10	2.383,91	7.509.610,42
Alterações no período								
Aplicação do resultado de 2016		-	-	119,20	2.264,71	-	(2.383,91)	-
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	-	(158.002,11)	-	(158.002,11)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	33.180,40	-	33.180,40
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		50.000,00	6.662.220,46	4.484,85	(1.463.640,61)	2.519.345,14	-	7.772.409,84
		50.000,00	6.662.220,46	4.604,05	(1.461.375,90)	2.394.523,43	(2.383,91)	7.647.588,13
Resultado líquido do período							1.365,24	1.365,24
Resultado integral							1.365,24	1.365,24
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições		-	(853.211,53)	-	-	-	-	(853.211,53)
		-	(853.211,53)	-	-	-	-	(853.211,53)
Posição em 31 de dezembro de 2017		100.000,00	12.288.597,46	5.577,48	(2.796.311,45)	4.706.123,53	1.365,24	14.305.352,26

Valença, 8 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,


 Susana Queiroz


 António Silva Teixeira

A Contabilista Certificada n.º 55854


 Susana Queiroz

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		555.606,84	931.982,68
Pagamentos a fornecedores		(179.780,18)	(110.590,13)
Pagamentos ao pessoal		(26.550,77)	(29.585,39)
Caixa gerada pelas operações		349.275,89	791.807,16
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		4.426,02	(2.284,73)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		353.701,91	789.522,43
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(671,21)	-
		(671,21)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
		-	-
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		(671,21)	-
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		(350.000,00)	(853.211,53)
		(350.000,00)	(853.211,53)
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		(350.000,00)	(853.211,53)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		3.030,70	(63.689,10)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	15.995,94	7.808,77
Efeito da fusão da valicom na minhocom		-	71.876,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	19.026,64	15.995,94

Valença, 8 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,



Susana da Silva Teixeira

A Contabilista Certificada n.º 55854,



Susana Queiras

br: -

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

Anexo em 31 de dezembro de 2018

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações eim.

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data da Constituição: 20 de março de 2008

NIPC: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de "entidades" para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma média empresa, pelo que mantém a aplicação das NCRF.

V. Afonso *bi*

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas "Diferimentos", "Outros créditos a receber" ou "Outras dívidas a pagar".

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem,

Saravali


individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua

Sara
A

utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", respetivamente.

3.2.2. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.3. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.4. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

sanct
D.
se

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.



O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread;
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma, a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

Financiamentos obtidos correntes e não correntes

Os financiamentos obtidos correntes são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os "encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.6. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito é reconhecido nos serviços prestados na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estão reconhecidos no balanço, na rubrica "Ajustamentos / outras variações no capital próprio", líquidos do montante de imposto associado (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 - Subsídios"), sendo imputadas na demonstração dos resultados na proporção das depreciações dos bens subsidiados, na parte do incentivo correspondente a subsídios ao investimento. No passivo, na rubrica "Outras dívidas a pagar" (conta 28 – "Rendimentos a reconhecer"), reconhece-se a parte correspondente a subsídios à exploração (subsídios relacionados com rendimentos).

Na Demonstração dos Resultados, em prol da imagem verdadeira e apropriada, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

3.2.8. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" ou nas rubricas "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2015 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	381,41	355,88
Depósitos bancários	18.645,23	15.640,06
Total de caixa e depósitos bancários	19.026,64	15.995,94

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Tem participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51%
dstelecom, s.a.	48%

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais saldos entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	31.12.2018	31.12.2017
Empresas do grupo		
blu, s.a.	(922,50)	(1.845,00)
derivadas e segmentos, s.a.	2.949,50	38.723,93
dstelecom, alentejo e algarve, s.a.	10.435,09	-
dstelecom, norte, s.a.	171.719,08	-
dstelecom, s.a.	107.131,01	38.194,47
	<u>291.312,18</u>	<u>75.073,40</u>
Empresas associadas		
domingos da silva teixeira, s.a.	2.745,68	104,00
dst center, s.a.	(4.428,00)	(2.214,00)
	<u>(1.682,32)</u>	<u>(2.110,00)</u>
	<u>289.629,86</u>	<u>72.963,40</u>

Durante o período de 2018, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2018		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
Empresas do grupo			
blu, s.a.	-	(8.977,56)	-
derivadas e segmentos, s.a.	(1.998,30)	-	-
dstelecom, norte, s.a.	105.066,62	-	21.816,70
dstelecom, s.a.	<u>223.677,36</u>	<u>(81.977,60)</u>	-
	<u>326.745,68</u>	<u>(90.955,16)</u>	<u>21.816,70</u>
Empresas associadas			
dst center, s.a.	-	(10.800,00)	-
	-	<u>(10.800,00)</u>	-
	<u>326.745,68</u>	<u>(101.755,16)</u>	<u>21.816,70</u>

Durante o período de 2017, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2017		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
Empresas do grupo			
blu, s.a.	-	(8.977,56)	-
derivadas e segmentos, s.a.	38.220,97	-	-
dstelecom, norte, s.a.	117.845,84	-	8.725,36
dstelecom, s.a.	307.286,38	(109.263,00)	-
	<u>463.353,19</u>	<u>(118.240,56)</u>	<u>8.725,36</u>
Empresas associadas			
domingos da silva teixeira, s.a.	-	(168,31)	-
dst center, s.a.	-	(5.850,00)	-
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	(511,00)	-
	<u>-</u>	<u>(6.529,31)</u>	<u>-</u>
	<u>463.353,19</u>	<u>(124.769,87)</u>	<u>8.725,36</u>

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante os períodos de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	2018	2017
Orgãos Sociais	17.671,49	21.776,78
Fiscal Único (ROC)	2.952,00	2.952,00
	<u>20.623,49</u>	<u>24.728,78</u>

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2018, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	4.617.204,18	1.784.209,75	10.700,51	6.412.114,44
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	15.593.399,47	75.990,16	-	15.669.389,63
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(603.696,39)	(70.269,67)	-	(673.966,06)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	603.696,39	70.269,67	-	673.966,06
Depreciações	603.696,39	70.269,67	-	673.966,06
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	14.989.703,08	5.720,49	-	14.995.423,57

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2017, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.310.041,38	876.269,71	10.700,51	10.197.011,60
2 Depreciações acumuladas iniciais	1.821.173,09	736.716,31	10.700,51	2.568.589,91
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7.488.868,29	139.553,40	-	7.628.421,69
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	8.104.531,18	(63.563,24)	-	8.040.967,94
5.1 Total das adições	8.405.708,80	45.773,42	-	8.451.482,22
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-
Fusão	8.405.708,80	45.773,42	-	8.451.482,22
5.2 Total das diminuições	301.177,62	109.336,66	-	410.514,28
Depreciações	301.177,62	109.336,66	-	410.514,28
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	15.593.399,47	75.990,16	-	15.669.389,63

Nos períodos de 2018 e de 2017, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018			2017		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total
Ativos fixos tangíveis	(673.966,06)	256.439,17	(417.526,89)	(410.514,28)	158.002,11	(252.512,17)
	(673.966,06)	256.439,17	(417.526,89)	(410.514,28)	158.002,11	(252.512,17)

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Clientes c/c	376.412,94	177.672,85
Clientes de cobrança duvidosa	17.642,35	17.642,35
	<u>394.055,29</u>	<u>195.315,20</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(17.642,35)	(17.642,35)
	<u>376.412,94</u>	<u>177.672,85</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Reclamadas judicialmente	17.642,35	17.642,35
	<u>17.642,35</u>	<u>17.642,35</u>

Nos períodos de 2018 e de 2017, a rubrica "Imparidade de dívidas a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018			2017		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	-	-	-	(3.936,06)	-	(3.936,06)
Total	-	-	-	(3.936,06)	-	(3.936,06)

8. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	6.383,29	16.383,29
Outros	-	10.000,00
	<u>6.383,29</u>	<u>26.383,29</u>
Adiantamentos a fornecedores	681,98	412,50
Outros devedores	1.593,80	6.487,36
	<u>8.659,07</u>	<u>33.283,15</u>

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Ativo		
Imposto sobre rendimento	399,05	14.644,40
Imposto sobre o valor acrescentado	-	586,50
	<u>399,05</u>	<u>15.230,90</u>
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimento	344,81	1.534,85
Imposto sobre o valor acrescentado	16.571,10	19.351,72
Contribuições para a Segurança Social	810,18	640,91
	<u>17.726,09</u>	<u>21.527,48</u>

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Gastos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	2.084,00	-
Seguros	232,43	232,43
	<u>2.316,43</u>	<u>232,43</u>
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	291.029,67	289.031,45
	<u>291.029,67</u>	<u>289.031,45</u>

11. Capital subscrito

O capital societário da entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 20.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

12. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas pelo sócio privado no valor de 11.938.597,46 euros, e que o Conselho de Administração considera que as mesmas não se qualificam como passivo.

No período foram restituídas prestações acessórias no valor de 350.000 euros, conforme deliberadas em ata de Assembleia Geral de 2016.

A restituição das prestações acessórias depende de deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e das reservas legais.

13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores c/c	21.530,27	34.186,53
	<u>21.530,27</u>	<u>34.186,53</u>

14. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2018	31.12.2017
Passivo não corrente		
Ajustamentos em subsídios ao investimento	1.166.905,40	1.188.382,08
	<u>1.166.905,40</u>	<u>1.188.382,08</u>
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	967,05	979,32
Fornecedores de investimentos	-	671,21
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	-	223,39
Remunerações a pagar	2.846,25	2.846,25
Fornecimentos e serviços externos	4.458,62	5.242,18
	<u>7.304,87</u>	<u>8.311,82</u>
Ajustamentos em subsídios ao investimento	30.237,20	62.612,75
Outros	750,00	750,00
	<u>39.259,12</u>	<u>73.325,10</u>

15. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2018 e de 2017, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018		2017	
	mercado interno	Total	mercado interno	Total
Serviços prestados	704.638,21	704.638,21	377.816,93	377.816,93
	704.638,21	704.638,21	377.816,93	377.816,93

16. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

O valor total do subsídio encontra-se reconhecido na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser imputado na demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2018, o valor reconhecido, foi de 256.439,17€.

17. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Subcontratos	10.098,66	4.572,41
Eletricidade	42.636,82	32.289,95
Combustíveis	-	267,75
Água e outros fluidos	52,70	-
Material escritório	41,25	-
Rendas e alugueres	82.787,60	55.249,00
Comunicação	-	82,85
Seguros	2.574,20	1.186,79
Honorários	25,50	-
Contencioso e notariado	1.521,77	63,00
Conservação e reparação	2.057,04	642,09
Trabalhos especializados	15.030,00	13.250,00
Licenças de software	410,00	204,00
Outros FSE	131,85	69,00
	157.367,39	107.876,84

18. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

18.1. Pessoas ao serviço

	2018	2017
Administradores	5	5
Empregados	-	-
	<u>5</u>	<u>5</u>

18.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	17.671,49	21.776,78
Remunerações do pessoal	4.714,20	-
Encargos sobre remunerações	3.916,19	3.624,52
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	359,79	458,76
Gastos de ação social	106,06	53,03
	<u>26.767,73</u>	<u>25.913,09</u>

19. Outros rendimentos

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Rendimentos suplementares	27.710,49	14.111,87
Outros rendimentos	0,01	5.631,55
	<u>27.710,50</u>	<u>19.743,42</u>

20. Outros gastos

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Impostos e taxas	4.951,63	2.660,00
Insuficiência de estimativa para impostos	-	2.826,32
Serviços bancários	35,14	33,76
Outros gastos	2.833,02	10,59
	<u>7.819,79</u>	<u>5.530,67</u>

21. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2018 e de 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Juros de mora e compensatórios	25,75	-
	<u>25,75</u>	<u>-</u>

22. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2018) e a data de autorização para a sua emissão (8 de fevereiro de 2019), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

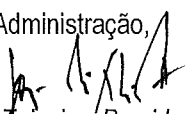
Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

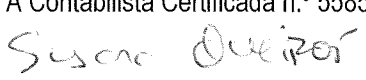
Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.


24. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 8 de fevereiro de 2019.

Valença, 8 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Susana Maria Macedo Queirós


Sara da Silva Teixeira; *Vogal e Administrador Executivo*


Mecia Sofia Alves Correia Martins; *Vogal*


João Manuel Amaral Esteves; *Vogal*


Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

E) Certificação Legal das Contas

jmm sroc.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 15.402.237,70 e um total de capital próprio de 13.865.787,15 euros, incluindo um resultado líquido do período de 113.021,83 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

JOAQUIM GUMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUMARÃES, sroc
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 148
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
geral@jmm.sroc.pt
Membro da: ABC & Associação Sinaliza de Revisores Oficiais de Contas, A.C.F.

Escritórios
Pólo de Negócios da Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
Apartado 2652 - 4701-858 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 050 F(+351) 253 213 021

Av. 31 de Janeiro, n.º 31 F/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 051 F(+351) 253 213 759

Handwritten signatures and initials: "A.", "SANT", "br:", and a large signature.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 15 de fevereiro de 2019.

Handwritten signature of Joaquim Guimarães

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

F) Relatório e Parecer do Fiscal Único

jmm_{SROC.}

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.
2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da Entidade.
3. Em cumprimento do disposto da alínea k), do ponto 6, do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), também emitimos a Certificação Legal das Contas em 15 de fevereiro de 2019, com opinião não modificada e sem ênfases.
4. Face ao exposto, e considerando que:
 - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
 - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados; e
 - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2018, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão; e
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 15 de fevereiro de 2019.

O FISCAL ÚNICO,

Manoel Fernandes

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 503 851 943 | Capital Social 6 000 euros
 Membro da ABC & Associados - SROC, ACE
 geral@jmm.sroc.pt

Escritúria
 Pólo de Negócios da Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritúria 47
 4715-276 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, B/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 051 F(+351) 253 213 759